



# Interfaces do movimento abolicionista brasileiro: a imprensa abolicionista alagoana (segunda metade do século XIX)

Interfaces of the Brazilian abolitionist movement: the Alagoan abolitionist press (second half of the nineteenth century)

**Ricardo Alves da Silva Santos**

Mestrando em História

Universidade Federal de Alagoas

riccardo\_alves@hotmail.com

**Recebido em:** 21/12/2017

**Aprovado em:** 24/01/2018

**RESUMO:** Este artigo traz resultados parciais da pesquisa em andamento que tem como tema “Abolicionismo e trabalho juridicamente livre em Alagoas: um olhar sobre a história social do trabalho em Alagoas (segunda metade do século XIX)”. Ao abordar o escravismo no Brasil do século XIX, a maioria dos livros de história trazem esse século como o de transição do trabalho escravo para o livre, este como um dos requisitos para a instauração do capitalismo, portanto para a modernidade tendo seu marco a abolição da escravatura em 1888. Na atualidade e a partir das novas vertentes historiográficas, as pesquisas buscam analisar a formação e atuação do movimento abolicionista debatendo o fim da escravidão relacionado ao avanço do capitalismo, entendendo o trabalho juridicamente livre como uma metamorfose do trabalho escravo, suas rupturas, mudanças e permanências. A abordagem da escravidão oitocentista tratada nesta pesquisa, tendo a imprensa como fonte, busca analisar as interfaces do movimento abolicionista brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abolicionismo, Imprensa, Capitalismo.

**ABSTRACT:** This article presents partial results of the ongoing research that has Abolitionism and legally free work in Alagoas: a look at the social history of work in Alagoas (second half of the nineteenth century). In addressing slavery in nineteenth-century Brazil, most history books bring this century as the transition from slave to free labor, as one of the requirements for the establishment of capitalism, and therefore for modernity, with its milestone abolishing of slavery in 1888. In the present and from the new historiographical aspects, the researches look for to analyze the formation and action of the abolitionist movement debating the end of the slavery related to the advance of the capitalism, understanding the work juridically free like a metamorphosis of the slave labor, its ruptures, changes and permanencies. The approach of the nineteenth century slavery treated in this research, with the press as a source, seeks to analyze the interfaces of the Brazilian abolitionist movement.

**KEY WORDS:** Abolitionism, Press, Capitalism.



## Apresentação

No centenário da abolição, Ciro Flamarion Cardoso (org.) junto com Hebe Castro, João Fragoso e Ronaldo Vainfas, se dispuseram a revisar criticamente a bibliografia sobre o escravismo brasileiro, com questionamentos aos modelos explicativos e apontando para novas perspectivas sobre a escravidão e a abolição no Brasil, a partir das produções acadêmicas cujos temas versam não somente sobre os aspectos econômicos, mas também acerca das estruturas político-sociais que culminaram com o fim da escravidão no Brasil. Desmistificando conceitos totalizantes e abrindo debates acerca do abolicionismo, Cardoso indica que estudos a partir de 1960 trazem novas abordagens no sentido de corrigir erros anteriores enfatizando um processo estrutural complexo de transição e tende a analisar o movimento abolicionista na perspectiva da luta de classes, desconstruindo as tendências historiográficas que constantemente descreviam “os escravos como ‘vítimas passivas’ despertadas pelos abolicionistas; ou então como rebeldes, mas impossibilitados [...] de conferir sentido político as suas ações, por não poderem desenvolver uma consciência específica de classe [...]”<sup>1</sup>. Em suma, a história da abolição foi escrita por uma elite branca que determinou que “os escravos negros lutaram, no processo de destruição do escravismo, sob a direção do ‘branco redentor’”<sup>2</sup>.

Ao seguir essa vertente, Rafael Marquese e Ricardo Salles, em *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*, concordam com Cardoso ao dizer que a produção de uma nova historiografia da escravidão no Brasil deu-se a partir dos anos 1970 quando “verificou-se a profissionalização definitiva do ofício da história por meio da criação dos primeiros programas nacionais de pós-graduação”<sup>3</sup>. Partindo dessas premissas, os estudos atuais sobre o escravismo e o abolicionismo brasileiro buscam analisar essas interfaces a luz de novos conceitos e vertentes históricas. Assim, novos atores e autores ocupam a nova historiografia da escravidão no Brasil enfatizando o protagonismo escravo, observando que “violências e lutas cotidianas e isoladas dos escravos contra seus senhores sempre criaram um clima tenso nas relações escravistas, ao longo da história da escravidão, no Brasil e no mundo”<sup>4</sup>. O resgate da reação escrava contra a ordem escravista dá novo rumo à compreensão do processo de abolição. Sob essa ótica, os historiadores agora se dedicam a escrever uma história na intenção de preencher lacunas e corrigir erros passados.

<sup>1</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Escravidão e abolição no Brasil**: novas perspectivas. Jorge Zahar Editor – Rio de Janeiro, 1988, p. 85.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. **Escravidão e abolição no Brasil**, p. 85.

<sup>3</sup> MARQUESE, Rafael & SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 100.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**, p. 119.



## A escravidão do século XIX sob novas perspectivas

Tornou-se comum na historiografia tratar a escravidão oitocentista como um todo homogêneo, onde na segunda metade do século, vê-se o sistema escravista ameaçado pelo avanço do capitalismo o qual propunha uma forma de trabalho mais “humanitária” e mais “civilizada”. Discurso esse que teria impulsionado os movimentos antiescravistas na Europa e nas Américas. O problema, pois é que ao conceber o escravismo do século XIX a partir dessa visão, acaba-se por desprezar a heterogeneidade e as múltiplas faces da escravidão moderna desde sua instauração no século XVI até chegar aos anos 1800, conhecido como o século antiescravista ou da libertação.

Fruto de um intenso debate que se arrasta desde a assinatura da Lei Áurea, a abolição da escravatura no Brasil necessita ainda de muitas respostas para os seguintes questionamentos: “como a instituição se manteve no século XIX, e por que sua abolição ocorreu tão tarde? Quem a promoveu? Qual o papel desempenhado pelo escravos nesse processo?”<sup>5</sup>. Para responder a esses e a outros questionamentos os estudos recentes sobre o escravismo são direcionados por uma ótica pouco usual, como por exemplo, ver a escravidão no Brasil a partir da obra de Thompson, *A formação da classe operária inglesa* que reflete as transformações da sociedade inglesa no contexto do capitalismo industrial, ressaltando as experiências e ações coletivas da classe trabalhadora em oposição às classes superiores, evidenciando formas de resistência, adaptações, negociações e acomodações em meio a consolidação do capitalismo industrial na Inglaterra. No tocante a isso, “as perspectivas antropológicas de Thompson contribuiram, assim, tanto para renovar a pauta das pesquisas sobre grupos sociais com perspectivas culturais marcadas pelo costume como para questionar a passividade do proletariado [...]”<sup>6</sup>, que neste caso o escravizado.

Falar do escravismo do século XIX com referências a obra de E. P. Thompson soa como uma antagonismo profundo e uma relação incompatível, pois para os opositores dessa associação, seus estudos estão cronológica e socialmente distantes da problemática negra oitocentista do Brasil. Mas em um artigo instigante de Silvia H. Lara, encontramos as ligações e a relação entre os conflitos sociais da Inglaterra do século XVIII e a experiência negra do Brasil do século XIX:

Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres

---

<sup>5</sup>MARQUESE & SALLES. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*, p. 101.

<sup>6</sup> NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In: *Tempo Social*, revista de antropologia da USP, v. 18, n. 1, junho de 2006. (pp. 217-240). p. 221.



num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades. [...] <sup>7</sup>

Lara nos lembra ainda que Brasil e Inglaterra tinham relações econômicas bem estruturadas e que tanto o tráfico de africanos quanto o fim da escravidão no Brasil, teve influência direta do capital inglês e aponta para a influência thompsoniana nos estudos atuais do escravismo no Brasil a partir do uso do termo paternalismo. Nesse sentido, João José Reis e Eduardo Silva citam Thompson para analisar o paternalismo descrevendo os aspectos fundamentais que envolviam senhores e escravizados para mais adiante concluir que se deve entender o termo não como uma concessão fácil e fruto da bondade do senhor, mas como uma forma de controle mais eficaz do que o chicote do feitor. Acrescentam ainda que Genovese utiliza o termo no sentido de que o dominado aceita o sistema desde que sejam respeitados certos direitos e privilégios, e também que seja possível a barganha onde ele reconhece deveres a cumprir.<sup>8</sup> Nessa perspectiva Ângela Alonso também nos direciona para a influência de Thompson ao determinar que “a reação à explicação estruturalista compôs outra vertente, popular nos anos 1980, que virou o farol para os agentes. Em vez dos grandes líderes, buscou, inspirada em E. P. Thompson, os anônimos e vencidos da história da abolição”<sup>9</sup>.

Ao observar os ingleses, Peter Linebaugh e Marcus Rediker falam do efeito bumerangue em que os conflitos ocorridos na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII chegaram a América através dos considerados indesejados (pobres, escravizados, criminosos) e retornavam a Europa como um monstro que atormentava as metrópoles. Em analogia ao mito grego da hidra, Hércules é apresentado como o progresso e a ordem representado os governantes que lutavam contra a hidra: a desordem e os conflitos, na busca constante do controle sobre os dominados. Diante dessas observações, os autores afirmam que

desde o começo da expansão colonial inglesa, na alvorada do século XVII, até a industrialização metropolitana do início do século XIX, governantes usaram o mito de Hércules e da hidra para descrever a dificuldade de impor a ordem em sistemas de trabalho cada vez mais globais, apontando aleatoriamente plebeus embrulhados, delinquentes deportados, serviçais contratados, extremistas religiosos, piratas, operários urbanos, soldados, marinheiros e escravos africanos como cabeças numerosas e sempre cambiáveis.[...] <sup>10</sup>

<sup>7</sup> LARA, Silvia Hunold. Blowin`in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: **Projeto História**, nº 16, PUC-SP, fevereiro de 1995, (p. 43-56). p. 46.

<sup>8</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 102.

<sup>9</sup> ALONSO, Ângela. O abolicionismo como movimento social. In: **Novos Estudos – SEBRAP** – nº 100, p. 115-137. Novembro de 2014. p. 118.

<sup>10</sup> LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. Tradução Berilo Vargas. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 11-12.



Se atendo ao escravismo no Brasil do século XIX, em seu início, observa-se o efervescente questionamento a essa ordem nas colônias e ex-colônias da América como um prolongamento das transformações de ordem política e econômica ocorridas nas metrópoles e ex-metrópoles. Sendo a hidra o conflito e suas cabeças as várias fases desse conflito, segundo o mito, é necessário cortar a cabeça central para pôr um fim ao monstro. O problema está, pois em identificar a cabeça central. Os conflitos desencadeados ao longo dos séculos XVIII e XIX não podem ser compreendidos sob um único ponto de vista, pois como indicam os autores, a hidra tornou-se um meio de explorar a multiplicidade, o movimento e a conexão, as longas ondas das correntes planetárias da humanidade.<sup>11</sup>

Conscientes de que o fim da escravidão no Brasil foi decorrente de fatores internos e externos, e que a influência inglesa foi marcante, porém não única no processo de desestruturação do trabalho escravo tendo como marco o século XIX, Dale W. Tomich em *Pelo Prisma da Escravidão*, propõe uma interpretação da escravidão moderna como uma parte integrante da formação histórica da economia capitalista mundial.<sup>12</sup> Em sua análise, a economia capitalista criou múltiplas formas de exploração econômica, dessa maneira, é necessário por vezes, desconstruir e reconstruir conceitos, para depois recompor os paradigmas escravistas da atual historiografia para repensar a escravidão oitocentista. Escravidão e capitalismo até então vistos como incompatíveis, na obra de Tomich se tornam possíveis, ou seja, a escravidão é abordada como uma das formas possíveis de existência do capital de maneira que a escravidão se desenvolveu junto do capitalismo. Mas, não é suficiente adicionar o escravismo a um conceito acabado de capital, antes porém, é preciso repensar a totalidade das relações de capital para que assim, a escravidão e as diferentes relações de trabalho não-remunerado sejam incluídos.<sup>13</sup>

O âmago da obra de Tomich consiste em analisar e associar a escravidão do século XIX e suas várias facetas, ao avanço do capitalismo que determinou as condições favoráveis em âmbito local para a transição à uma economia e uma sociedade pós-abolição.<sup>14</sup> Outra grande inovação proposta por Tomich é conceber uma visão marxista da escravidão, uma vez que capitalismo e escravidão são tratados como antagônicos e que, para um existir o outro tinha de desaparecer. Rompendo esse paradigma, *Pelo Prisma da Escravidão* apresenta a aproximação entre ambos, situando a escravidão do século XIX como uma “segunda escravidão”, debatendo o trabalho

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. **A hidra de muitas cabeças**, p. 14.

<sup>12</sup> TOMICH, Dale W. **Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial**; tradução Antônio de Pádua Danesi; revisão técnica Rafael Bivar Marquese. – São Paulo: Edusp, 2011. p. 14.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 15.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 16-17.



escravo como uma das formas possíveis de relação de trabalho para a reprodução ampliada do capital. Assim, vejamos como o Brasil se insere nesse contexto.

### **Trabalho escravo e trabalho livre no século XIX**

O Brasil, um país escravista agroexportador, se vê inserido na emergente economia mundial. No artigo *O passado escravista em um presente capitalista*, Marcos Marinho coloca que o capitalismo desenvolvido no Brasil se estruturou diretamente a partir do escravismo colonial em comparação a Europa, onde o capitalismo adveio da desestruturação do feudalismo. Isso implica dizer que o capitalismo tem origens distintas em determinadas regiões, sendo distintas também suas estruturas de trabalho. O referido artigo também ressalta que o modelo estabelecido pela atual historiografia é a divisão e distinção entre capitalismo e escravidão.<sup>15</sup> Citando um estudo de Genovese, em que aborda a temática e datado de 1967, e partindo da observação do modelo escravista do sul dos Estados Unidos, Tomich avalia que as relações entre escravismo e capital passam a ser concebidas como sistemas socioeconômicos distintos, sendo a relação senhor-escravo a definição da economia escravista e o trabalho assalariado como sendo uma característica exclusiva da economia capitalista. Assim foi assentado na historiografia, a associação da escravidão ao atraso e do capitalismo à modernidade. Prova disso foi a Guerra de Secessão americana em que o Norte industrializado (moderno) rivalizou com o Sul escravista (atraso). Este embate não se deu apenas na guerra civil americana, mas também na historiografia e perdura até nossos dias.

Para entender a economia e os contornos da sociedade escravista no Brasil, deve-se observar as peculiaridades da metrópole portuguesa que segundo Marinho, está fundamentado na concentração do poder, este proveniente da posse da terra e de escravos, produzindo uma “hierarquia social excludente”<sup>16</sup>. Conclui que a dificuldade de associar a escravidão ao desenvolvimento do capitalismo está no fato de que a aristocracia formada no Brasil, com a posse da terra e da mão-de-obra, impossibilitou o desenvolvimento da burguesia mercantil.

A polarização entre escravidão e capitalismo perde força quando ultrapassadas as fronteiras geográficas e pensando a economia de forma global, pois vemos uma estreita relação quando, nas ideias de Tomich, a estrutura do sistema mundial moderno abarca uma multiplicidade de formas de controle do trabalho cuja linha comum é a participação na produção

---

<sup>15</sup> MARINHO, Marcos de Brito Monteiro. O passado escravista em um presente capitalista: a escravidão brasileira para além do “arcaísmo”. *Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*. UFRJ, Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015. p. 1-12.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. O passado escravista em um presente capitalista. p. 5.



e a aproximação do valor excedente por via do mercado mundial.<sup>17</sup> Nesse sentido, a escravidão é uma dessas múltiplas formas de trabalho e o senhor de escravo um capitalista, pois operava no contexto de uma economia mundial capitalista.

O capitalismo mundial determinou diferentes formas de trabalho a depender da região produtora. Centro, semiperiferia e periferia são assim caracterizadas pelas relações de produção e de trabalho. Por exemplo, o regime escravista está associado às regiões periféricas produtoras de gêneros tropicais e semitropicais (América) e o trabalho assalariado baseado na indústria, associado às regiões centrais (Europa).<sup>18</sup> Essa divisão, centro-periferia e seus diferentes modos de trabalho foi assim determinada pelo processo de produção, que a depender da região, se adequa a melhor forma de controle do trabalho, que por sua vez é um reflexo do sistema político cujo controle está atrelado aos produtores locais, a “burguesia nativa”<sup>19</sup>. Nessa perspectiva, no Brasil, as dicotomias entre as regiões produtoras podem ser encaixadas nesse contexto, por exemplo, Alagoas (e as províncias do Norte) seriam uma região periférica em comparação a São Paulo (ou as províncias do Sul). Avaliando assim, coloca-se como parte de um constructo que sempre exigirá diálogo entre hipóteses e formulações de abordagem e dados empíricos, por outro. Assim posto, observamos que a escravidão não foi a única forma de trabalho em regiões de periferia. Além do trabalho escravo coexistiram outras formas de trabalho forçado/compulsório que conviveram a medida que ocorria a modernização dos meios de produção. Ou seja, ao mesmo tempo, conviveram diferentes regimes de trabalho: escravidão, colonato, servidão, assalariado, etc. Dessa forma, a abolição da escravatura não mais pode ser entendida como simplesmente a permutação do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre.

Ao propor o conceito de “Segunda Escravidão”, Dale W. Tomich se dedica a ver a escravidão do século XIX como uma fase distinta dos séculos anteriores em virtude das relações de produção com a emergente industrialização e o mercado cada vez mais global. Como já exposto anteriormente, no período oitocentista, a campanha abolicionista foi alimentada pelo pensamento antiescravista principiando a liberdade humana paralela ao progresso moral e material.<sup>20</sup> De fato, o fim da escravidão é comumente tratado com o pressuposto de que a escravidão é incompatível com o mundo moderno sendo o debate dos estudiosos concentrados

---

<sup>17</sup> TOMICH, *Pelo Prisma da Escravidão*, p. 13.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *Pelo Prisma da Escravidão*, p. 34.

<sup>19</sup> TOMICH. *Pelo Prisma da Escravidão*, p. 35.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Pelo Prisma da Escravidão*, p. 81.





em saber se fatores materiais ou morais foram mais importantes para a extinção do trabalho escravo.<sup>21</sup>

Tomich avalia que até meados do século XIX, o trabalho escravo já se encontrava em declínio devido a fatores políticos e econômicos. Porém, a partir da conjuntura da industrialização inglesa e o conseqüente avanço do capitalismo industrial, que tornou o Império Britânico hegemônico em relação ao mercado mundial, ou seja, as estruturas políticas, sociais e econômicas em todo o mundo estavam direta ou indiretamente relacionada aos modos de produção predominante na Inglaterra. Essa reestruturação do mercado mundial foi sustentada pelos processos de industrialização, urbanização e crescimento populacional.<sup>22</sup>

Rafael Marquese em seu artigo *Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil* trata do conceito de Segunda Escravidão analisando o processo produtivo do Sul dos Estados Unidos e sua relação com a história do Brasil, concebendo que forças estruturais do capitalismo global moldaram a escravidão negra oitocentista nas Américas.<sup>23</sup> Mais adiante faz referência a obra de Tomich concordando que o mundo criado pela Revolução Industrial e o mundo produzido pela expansão da escravidão nas novas fronteiras do espaço americano estão intimamente ligados pelo aumento da produção. Voltando a relação entre Brasil e Estados Unidos, este de rápida e crescente industrialização observada anos depois de sua independência, passou a ampliar seu domínio sobre todo o continente americano. Novos grupos sociais com novos hábitos e costumes, um deles o consumo de café, passou a investir na importação desse produto. Tomich acrescenta que,

A indústria moderna requeria novas matérias-primas num escopo e escala sem precedentes, enquanto o crescimento da população e o desenvolvimento das classes média e trabalhadora predominantemente urbanas na Europa se associaram a novos padrões de consumo aumentaram a dependência da Europa em relação aos produtores periféricos de gêneros alimentícios [...].<sup>24</sup>

Nesse bojo, observa-se que o Brasil a partir dos anos 1830, aumentou significativamente sua produção de café para atender a demanda norte-americana e europeia. Conseqüentemente viu-se a necessidade de mão-de-obra para o trabalho nas lavouras dando início a um novo processo de tráfico negreiro. No tocante a isso, Marquese nos diz que

os quase 500.000 africanos que foram desembarcados como escravos nas províncias do Centro-Sul do Brasil entre 1830 e 1850 representaram a face local

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 82.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 84.

<sup>23</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil. In: **Almanak Guarulhos**, n. 05, p. 51-60, 1º semestre e 2013. p. 52.

<sup>24</sup> TOMICH, **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 84.





dos processos de escravização em massa promovidos pela expansão da Segunda Escravidão.<sup>25</sup>

Nesse sentido, na perspectiva de que o aumento do contingente de escravos configurou a face do escravismo no Brasil no início do século XIX e que a segunda escravidão reflete a complexidade de descrever a história da escravidão em terras brasileiras, revela o quão é necessário rever conceitos e buscar novos direcionamentos no sentido de compreender os aspectos que configuraram o movimento abolicionista no Brasil, com destaque para seu atraso, seus atores e autores, defensores e opositores da emancipação escrava. Assim, façamos algumas reflexões sobre abolicionismo brasileiro.

### **Alguns aspectos do abolicionismo brasileiro**

Não tendo uma data precisa para o início da campanha abolicionista no Brasil, nos concentramos na segunda metade do século XIX como ponto de partida do movimento abolicionista brasileiro por ser esse o período que concentrou a atuação como um movimento organizado. No tocante a isto, para percebermos as mudanças sócio-políticas da conjuntura da época no âmbito nacional e internacional é preciso realizar reflexões aprofundadas acerca dos motivos que levaram intelectuais, homens de negócios, políticos e também grupos sociais subalternos, como artesãos, assalariados em geral, pobres e “desclassificados”, mas também e principalmente de libertos e escravizados de todas as regiões do país a se envolverem com a causa da abolição da escravidão que persistia em continuar em terras brasileiras.

Nesse sentido, o notório abolicionista, o então deputado Joaquim Nabuco, destacou:

Não há muito que se fala no Brasil em abolicionismo e partido abolicionista. A ideia de suprimir a escravidão libertando os escravos existentes sucedeu a ideia de suprimir a escravidão, entregando-lhe o milhão e meio de homens de que se acha de posse em 1871 e deixando-a acabar com eles [...].<sup>26</sup>

Dessa maneira, segundo o autor, suprimir a escravidão e libertar os escravizados existentes no Brasil do trabalho forçado não seria tarefa fácil, tão pouco se faria do dia para a noite, pois como defendiam os escravagistas, o braço servil era a base da riqueza do país, “era a pedra angular da economia, de partidos e da sociedade aristocrática desde as origens da nação”<sup>27</sup>. Assim, a estratégia inicial dos abolicionistas era a propaganda, direcionada não aos escravizados, mas aos seus senhores e à população livre do país, despertando nestes os horrores do cativo e disseminando os modelos norte-americano e europeu de civilidade e progresso como

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil. p. 56.

<sup>26</sup> NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Edições do Senado Federal – Vol. 7. Brasília, 2003. p. 25.

<sup>27</sup> ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 28.



incompatíveis ao regime escravista, desconstruindo as teorias justificadoras da escravidão.

A socióloga Ângela Alonso ao problematizar a trajetória de ativistas políticos contrários a escravidão destaca as associações e manifestações públicas que convergiram no movimento abolicionista brasileiro, fazendo notar que a campanha abolicionista demorou a se configurar no Brasil em comparação a outros países que já o tinham bem estruturado e em pleno desenvolvimento. Afirma ainda, que “sempre houve gente de inclinação antiescravista, mas que o pensamento é diferente de ação”<sup>28</sup>. Observa também, que três mudanças significativas ocorreram no Brasil para que de fato existisse uma mobilização coletiva a ponto de se reivindicar de forma incisiva o fim do trabalho servil. Em face disso, a autora destaca essas mudanças assinalando que:

Uma foi a cena internacional. Um ciclo de abolições se iniciou no século XVIII e, nos anos 1860, atingiu os dois outros grandes escravismos do continente, Estados Unidos e Cuba. Ao se mirarem nesse espelho, os brasileiros se viram prestes a restar como o último escravismo do Ocidente. [...] Outra transformação produziu-se com a aceleração da urbanização [...] e se disseminou um novo padrão de sensibilidade, que redefiniu a escravidão de natural em abominável. A terceira mudança foi de conjuntura política [...].<sup>29</sup>

Ao analisar e complementar a citação acima, destacamos que as abolições ocorridas nos Estados Unidos e em Cuba, a urbanização aliada aos novos hábitos e aos novos pensamentos, fez surgir naquele momento uma nova elite pensante, concentrada nos centros urbanos que buscava alinhar o país ao pensamento civilizatório europeu e logo viria a escravidão como uma abominação. E a nova conjuntura política que aglomerava os anseios de uma sociedade em transformação, contextualizou o início da campanha abolicionista no Brasil, passando-se a questionar o modelo monárquico escravagista e latifundiário. A urbanização apontada por Alonso, é também abordada no trabalho de Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes, onde nos dizem que “o crescimento urbano tornaria mais complexas as relações sociais de trabalho numa sociedade escravista”<sup>30</sup>, pois no espaço urbano aumentou-se a oferta de serviços e de mão-de-obra especializada envolvendo a “população negra, incluindo livres e libertos”<sup>31</sup>. A mudança política evidenciada por Alonso, se refere aos embates entre os partidos Liberal e Conservador que na busca por legitimação e prestígio junto a população e por pressão internacional, levaram ao plenário pautas referentes a questão do elemento servil, resultando nas leis abolicionistas.

Reportando-nos ao escrito de Nabuco, nota-se que nos demais países as propagandas abolicionistas foram em grande medida oriundas de movimentos religiosos mantidos e

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. **Flores, votos e balas**, p. 17.

<sup>29</sup> ALONSO. **Flores, votos e balas**, p. 17-18.

<sup>30</sup> NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In: **Tempo Social**, revista de antropologia da USP, v. 18, n. 1, junho de 2006. (pp. 217-240). p. 226.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. Além das senzalas e fábricas. p. 228.



sustentados por diferentes igrejas e credos. Alonso aborda essa vertente ao dizer que “o abolicionismo inglês, assim como o estadunidense, contou com estrutura organizacional religiosa de quakers” acrescentando que “as capelas protestantes eram base para a propaganda”<sup>32</sup>. O que não ocorreu em território brasileiro pelo forte vínculo político existente entre Catolicismo e Monarquia.

A Igreja Católica era parte do Estado, e o catolicismo, religião do Estado. A sobreposição de estrutura religiosa e burocracia pública gerava padres-funcionários, sem independência para criticar as instituições estatais como a escravidão, antes incumbidos de legitimá-las [...].<sup>33</sup>

Em face disso, a historiografia confirma que a Igreja Católica por seu turno foi conivente com a continuidade da escravidão porque esta participava da administração colonial em alguns setores e também era percebida como detentora de muitos cativos. “A posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos”<sup>34</sup>. Caio Prado Junior observa que no caso do indígena, os jesuítas e outras Ordens religiosas acolheram e se empenharam na educação destes, e, de certa forma, “contribuiu para manter o indígena afastado nas formas mais deprimentes da escravidão”<sup>35</sup>. Mas o negro teve tratamento diferente por parte da religião.

O negro não teve no Brasil a proteção de ninguém. Verdadeiro “pária” social, nenhum gesto se esboçou em seu favor. E se é certo que os costumes e a própria legislação foram com relação a ele mais benignos na sua brutalidade escravista que em outras colônias americanas, tal não impediu contudo que o negro fosse aqui tratado como o último dos descasos no que diz respeito a sua formação moral e intelectual, e preparação para a sociedade em que à força o incluíram. Estas não iam além do batismo e algumas rudimentares noções de religião católica, mais decoradas que aprendidas, e que eram apenas para formar, com suas crenças e superstições nativas, este amalgama pitoresco, mas profundamente corrompido, incoerente e ínfimo como valor cultural, que sob o nome de “catolicismo”, mas que dele só tem o *nome*, constitui a verdadeira religião de milhões de brasileiros [...].<sup>36</sup>

Na mesma linha de raciocínio, destaca-se o imenso poderio político da religião frente a um país cuja população revelava fortes marcas de um fanatismo religioso. Por essa razão, talvez, a Igreja Católica nunca tinha à época elevado a voz em favor da causa abolicionista. “Tal configuração compeliu os abolicionistas daqui à busca de arena e modelo litúrgico laicos para sua propaganda”<sup>37</sup>. Assim, Nabuco vem dizer que “no Brasil, porém, o abolicionismo é antes de tudo

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. **Flores, votos e balas**, p. 40.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. **Flores, votos e balas**, p. 40.

<sup>34</sup> NABUCO. **O Abolicionismo**, p. 38.

<sup>35</sup> PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. – São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 275-276.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**, p. 276.

<sup>37</sup> ALONSO. **Flores, votos e balas**, p. 40.



um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte”<sup>38</sup>. Fazendo uma crítica ao que aqui foi exposto sobre a religião, ao generalizar a ausência da atuação da religião católica no abolicionismo brasileiro, Nabuco esquece que, apesar de não se manifestar publicamente, muitas lideranças católicas eram em prol da emancipação escrava e que nos anos finais da escravatura, sem o clamor da religião não haveria adesão em massa de várias camadas da população brasileira ao abolicionismo, tão pouco haveria um movimento de massas. Como fazer algo dessa magnitude e apelo popular no Brasil, sem contar com cristãos católicos? Cabe pensar também até que ponto a religião foi atuante na especificidade do abolicionismo anglo-saxão. Fato é que, o abolicionismo brasileiro foi liderado por pessoas não ligadas diretamente a religião, mas não significa que não eram católicos.

Ao partir dessas premissas, podemos apreender que Nabuco e Alonso definiram que caberia aos homens livres, intelectualizados e de consciência humanitária o cargo do movimento de emancipação no Brasil, inserindo sua campanha e seus ideais no instrumento mais democrático, mais abrangente e de maior alcance na época, o jornal impresso. “Palavras que até meados do século encontravam escassa repercussão passaram a eletrizar auditórios, mobilizar a imprensa, comover multidões e a provocar acalorados debates parlamentares”<sup>39</sup>. Cabe agora algumas considerações acerca da atuação da imprensa como objeto e fonte na pesquisa histórica.

### **A imprensa e o historiador**

Nota-se que no século XIX circulava no Brasil uma diversidade de periódicos onde anunciava-se de tudo, inclusive compras e vendas de escravos, assim como as fugas e recompensas por sua captura. Para tanto, a imprensa atuava na esfera social e política como um meio de ligação entre as diversas regiões do país e de outras partes do mundo.<sup>40</sup>

O jornal era ao mesmo tempo entretenimento, noticiário e espaço político. Este último o seu cerne, pois ao analisarmos a história da imprensa no Brasil desde as suas primeiras publicações, evidenciamos suas raízes políticas na medida em que se constituíram sempre a partir de interesses que viam na imprensa um meio de propagação de suas teorias e aspirações.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> NABUCO. **O Abolicionismo**, p. 38.

<sup>39</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 277.

<sup>40</sup> Os trabalhos de Heloisa de Faria Cruz, Tania Regina de Luca, Maria Helena R. Capelato, Lília Moritz Schwarcz e Antônio Alves Bezerra, nos ajudam a pensar sobre o uso da imprensa como objeto e fonte na pesquisa histórica com importantes contribuições teórico-metodológicas.

<sup>41</sup> LUCA, Tania Regina e MARTINS, Ana Luiza (Org.). Tempos eufóricos da imprensa republicana (parte II). In: **História da imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2008, pp.81-175. p. 104.



À luz da robusta produção historiográfica sobre a postura da imprensa brasileira, nota-se que no passado, mas que também no presente, alguns veículos de comunicação têm se tornado instrumento nocivo à sociedade e a própria democracia. Mas, do mesmo modo, podem fazer o contrário, servindo para a civilização, a educação, etc., na medida em que este não só informa, mas a forma como tem silenciado, manipulado ou distorcido as informações no sentido de preservar interesses políticos de um grupo no poder ou para contemplar os seus financiadores, portanto, seu próprio interesse enquanto empresa capitalista. No tocante a isso, Lilia Moritz Schwarcz, fazendo uso dos jornais aponta para sua importância como fonte histórica sendo bastante completa e complexa e nos diz que os momentos finais do século XIX “corresponderiam ao período de formação da grande imprensa nacional, isto é, da transformação dos jornais que passavam [...] a grandes e estáveis empresas [...]”<sup>42</sup>.

Ao fazermos algumas reflexões acerca da imprensa escrita enquanto recurso teórico-metodológico nesta pesquisa, observa-se que até meados do século XX os materiais produzidos pela imprensa foram considerados como uma fonte de cunho duvidoso para as pesquisas históricas, portanto, os jornais não eram fontes confiáveis na construção das narrativas históricas, uma vez que eram acusados de trazer em seu bojo intensões, paixões e subjeções de seus autores, com forte apelo tendencioso e de motivações políticas. Nesse interim, destaca-se que a imprensa nasceu sob a égide da política e os jornais têm em sua essência a política. Porém, e como nos ressalta Tania Regina de Luca, foi a partir da terceira geração dos *Annales* que ampliou-se as concepções e o alargamento dos objetos e fontes para além dos registros oficiais.<sup>43</sup>

Ao partirmos desse referencial, observamos que nesse contexto a imprensa é resgatada para, a partir dos novos olhares, descrever historicamente a sociedade de seu tempo. Espelho das transformações e das querelas políticas, sociais e culturais, a imprensa nos oferece assim, grande suporte para compreender e escrever a história de uma determinada sociedade.

No estudo sobre o uso dos periódicos como fonte na pesquisa histórica, Luca nos apresenta as dificuldades e desconfiças em relação a veracidade dos relatos produzidos e veiculados pelos jornais “uma vez que tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos”<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 16

<sup>43</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. – 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2006. p. 112

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. História dos, nos e por meio dos periódicos. p. 116



Mesmo envolta nessas sombrias concepções, é inegável que a imprensa nos ofereça um panorama dos mecanismos sociais. Até mesmo sua subordinação a um determinado grupo ou mesmo reflexo dos valores e ideologias de uma época, podem e devem ser analisados sob uma perspectiva historiográfica, cabendo ao historiador direcionar seu olhar para além dos discursos e para além da influência dos grupos dominantes que se apropriaram e se apropriam da imprensa para propagar valores e difundir seus dogmas totalizantes. Destarte, o fator político fez desenvolver no país uma série de publicações que

juntamente com as folhas oficiais, nasciam folhas de oposição nas pequenas cidades, na capital da província ou na própria Corte. Do núcleo regional de oposição saíam outros grupos, multiplicando-se as tendências e aumentando o número de impressos lançados fundamentalmente como instrumento de luta política.<sup>45</sup>

A partir das reflexões das autoras, nota-se que tanto os pró-abolicionistas quanto os contra, lançaram-se a intensos debates através dos inúmeros jornais que passaram a se envolver na luta política e defender seus ideais. O objetivo era claro, moldar a opinião pública. A apropriação da imprensa por determinados grupos não deixava dúvida quanto ao seu uso. Assim, cabe-nos analisar o lugar da imprensa nesse ensejo. Jean-Jaques Becker, assinala que por muito tempo o estudo da opinião pública concentrava-se na leitura de jornais.<sup>46</sup> Porém, as influências e subordinação de um periódico a um determinado grupo causou desconfianças e questionamentos quanto a sua confiabilidade. Prontamente o autor acrescenta que

num país onde a imprensa é livre, todos os aspectos da opinião pública têm chance de se refletir nos jornais: uma análise bem feita, isto é, que faz uma seleção judiciosa, que utiliza uma imprensa tão variada quanto possível, constitui portanto uma abordagem quantitativa da opinião pública que não se deve desprezar.<sup>47</sup>

Por esse viés, não podemos desprezar ainda a importância dos jornais que mesmo com frequência estando atrelados a grupos em disputas e sofrendo pressões diversas, por tudo isso e justamente por isso, fornecem o retrato de uma época, cabendo ao historiador apropriar-se de uma metodologia capaz de determinar as intenções por trás das notícias, pois “seria tolice ignorar que eles [os jornais] não são apenas o meio de expressão de espíritos independentes, mas também, e com muito mais frequência de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros”<sup>48</sup>. Destas observações, constatamos que o que deve nortear a pesquisa historiográfica não é o fato em si, mas a percepção do fato.

<sup>45</sup> LUCA E MARTINS. **História da imprensa no Brasil**. p. 104

<sup>46</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, pp. 185-212. p.195

<sup>47</sup> BECKER. A opinião pública. p. 196.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. A opinião pública. p. 196.



Dentre vários estudos acerca da imprensa como instrumento metodológico de pesquisa, o escrito em tela apropria-se dos argumentos de Igor Fonsêca de Oliveira para desvelar algumas interfaces da imprensa como ferramenta de divulgação de um ideal político e controle da opinião pública, notadamente ao desenvolver a temática *imprensa e medo branco*.

No artigo em questão, o autor apresenta o noticiário da imprensa e outras atitudes dos grupos sociais dominantes na província de Sergipe D'el Rey no século XIX contra as experiências negras de resistência e luta. Em sua abordagem, Oliveira indica as notícias divulgadas pelo *jornal do Aracaju*<sup>49</sup> sobre a aprovação da lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 mais conhecida como Lei do Ventre Livre. Segundo o autor, o jornal por ele analisado trazia matérias apresentando os efeitos nocivos da citada lei exaltando que “a ineficiência dos fundos de emancipação e da lei geral faria emergir novos conflitos na sociedade escravista brasileira”<sup>50</sup> e nas previsões mais sombrias, a matéria assinalava que a lei despertaria a ansiedade dos cativos que esperavam a liberdade “materializando-se em forma de rebeldias; as fugas e as insurreições tornaram-se cada vez mais parte do cotidiano das províncias”<sup>51</sup>.

Assim, a imprensa oficial da região agiu em favor das elites locais anunciando os crimes cometidos pelos escravizados rebeldes advindos dos quilombos, disseminando o medo e a tragédia que seria para o país se a emancipação escrava fosse concretizada. Ao mesmo tempo, a imprensa omitia que os atos de violência dos negros eram o reflexo de uma vida marcada pelo signo da escravidão e de tudo que ela representava. “A luta do negro contra a escravidão, todavia, era a luta contra a injustiça e a intolerância de uma sociedade débil. O escravo ferido, feria. Agredido, agredia, suas ações eram facetas de enfrentamento de seu processo de coisificação”<sup>52</sup>.

Esse exemplo que vem de Sergipe se refletiu em todos os espaços onde a escravidão era praticada e constantemente acompanhada de resistência e luta. Em Alagoas, por exemplo, não foi diferente. Os temores e incertezas causados pela aprovação da Lei do Ventre Livre se fez sentir de forma bastante incisiva. Para tanto, notamos como o também *Jornal do Penedo*<sup>53</sup>, periódico semanal e órgão do Comércio e Lavoura do Baixo São Francisco e do Partido Conservador do Sul das Alagoas, em sua edição de 10 de novembro de 1876, publicou uma matéria que corrobora

<sup>49</sup> JORNAL DO ARACAJU, edições de 1871 e 1872.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Igor Fonseca de. *Imprensa e medo branco: A criminalização dos pequenos quilombos sergipanos (1871-1876)*. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 35, dez.2007, pp.327-337. p. 327.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_ *Imprensa e medo branco*. p. 327.

<sup>52</sup> OLIVEIRA. *Imprensa e medo branco*. p. 332.

<sup>53</sup> O *Jornal do Penedo*, foi o segundo jornal de Penedo, substituindo O Penedense, de 1869. Suas edições encontram-se disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1875 a 1871) sendo alguns em péssimo estado de conservação e/ou incompletos; e na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>) com publicações de 1875 a 1881 completas.





ao que foi citado anteriormente.

#### AOS LAVRADORES DO BRASIL

O elemento servil no Brasil – seu desaparecimento em 20 anos: ruína completa da lavoura – meditas urgentes no sentido de remediar o mal – meio de substituir o escravo pelo colono, utilizando as fontes de produção atual.<sup>54</sup>

A transcrição do excerto do Jornal do Penedo ao referenciar a Lei (número 2.040) de 28 de setembro, que decretou a emancipação dos escravos no Brasil num período de 20 anos, suscitou várias previsões. Dentre elas, nota-se a ruína completa da maior fonte de riqueza do país, notadamente a lavoura. Apesar de elogiar o grandioso pensamento humanitário que inspirou a Lei, o periódico chama a atenção para uma preocupação geral sobre os rumos da economia do país. Observa, ainda, que o período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre é cheio de perigos e que pode marcar a época da ruína da lavoura e do comércio.

Na sequência, a matéria produzida pelo periódico em questão explicita que:

Não há um só homem no Brasil – nacional ou estrangeiro, político ou agricultor, comerciante, ou industrial, enfim, todos que vivem do seu trabalho ou profissão, que não tenha por alguns momentos refletido, no meio das angústias da nossa crise presente, – quando o país ainda possui fortes elementos de produção – na sorte futura do Brasil, nas incertezas das meditas, no terror das crises, que serão sucessivas e profundas, e na infalível ruína do comércio e da lavoura, únicas fontes de nossa prosperidade.<sup>55</sup>

O excerto citado descortina como o discurso pronunciado por uma elite política exalta o fator econômico como a preocupação maior para uma nação sem levar em consideração as suas interfaces e a sua razão de ser. A lei que motivou um posicionamento claro e direto do periódico citado contrário a abolição da escravidão é remetida a população escrava, no entanto, em publicações como esta, vemos a omissão daquele grupo cuja vida, marcada pelo sofrimento e opressão, pouco ou quase nunca é mencionado.

Concatenado a essa questão, a trajetória da imprensa no Brasil evidência que o século XIX foi marcado pelas publicações impressas quase que exclusivamente de caráter político. Os mesmos eventos políticos do século XIX, em particular, o abolicionismo e o republicanismo que conclamavam o desenvolvimento e a atualização tecnológica apontou para a transição rumo ao mercado.

Entender essa transição (política-mercado) e também as transformações político-sociais que se operavam no Brasil no final do século XIX: trabalho escravo, trabalho livre; regime monárquico, regime republicano; propriedade agrária, produção industrial – determinou a

<sup>54</sup> JORNAL DO PENEDO, 10 de novembro de 1876, ano VI, n. 43, p. 1. Edição disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

<sup>55</sup> JORNAL DO PENEDO, p. 1.



existência de muitos periódicos. Em Alagoas, temos como exemplo o *jornal Lincoln*, órgão exclusivo da propaganda abolicionista, produzido em Maceió em 1881 e que encerra suas atividades em 1888, quando seu objetivo de luta é alcançado. Assim ocorreu com outros periódicos, cuja circulação é determinada pelo sucesso ou derrota de seu projeto editorial. Nesse sentido, a seguir analisa-se a atuação do movimento abolicionista no estado de Alagoas, a partir da problematização dos materiais produzidos pela imprensa enquanto instrumento de poder e de luta.

### **A imprensa abolicionista em Alagoas**

Ao retomar a ideia central desta proposta de pesquisa, nota-se a relevância da atuação do movimento abolicionista em Alagoas através das páginas da imprensa escrita. Nesse aspecto, Moacir Medeiros de Sant'Ana, ao escrever acerca da história da imprensa em Alagoas, aponta para o ano de 1831 como marco da primeira publicação na província. *O Iris Alagoense* nascia como jornal político, literário e mercantil.<sup>56</sup> A partir de então, multiplicaram-se as publicações da imprensa na província de Alagoas acompanhando as mudanças sociais e políticas do país e também das localidades circunvizinhas. Sant'Ana, que atuou como professor e diretor do Arquivo Público de Alagoas (APA), nas palavras de Diegues Junior<sup>57</sup>, trouxe grandes contribuições não só para a história do açúcar, mas também toda uma soma de revelações e dados até então inexplorados pela historiografia, elementos novos arrancados dos velhos documentos do APA, atestando que sua gestão foi mais intelectual que administrativa. E foi em contato com os diversos arquivos e jornais que Sant'Ana produziu diversas de suas obras. Seus estudos nos dizem que a imprensa alagoana atuou fortemente na causa abolicionista. Aponta para o *Jornal das Alagoas* de 1870 como sendo provavelmente o primeiro jornal alagoano a fazer campanha abolicionista, cujo 1º número datado de 2 setembro de 1870, em seu artigo de apresentação declara-se abolicionista.<sup>58</sup> Porém, nossas observações indicam que alguns periódicos mais antigos, mesmo não se declarando abolicionista, sinalizavam em seus artigos o desejo pelo fim do trabalho escravo.

---

<sup>56</sup> Sant'Ana ao referenciar Craveiro Costa (1931, p. 20), indica que o fator primordial da criação deste jornal foi a política e que, o então presidente da Província das Alagoas, Manoel Lôbo de Miranda Henriques, negociou a produção do *Iris Alagoense* em virtude da necessidade e um elemento de transmissão das ideias que agitavam o país e que fosse o anunciador do pensamento naquele período, sendo esse elemento a imprensa. SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Primórdios da imprensa em Alagoas**. Maceió: Edufal, 1881 (Catálogo de exposição de jornais alagoanos do passado). – Arq. Pub. Alagoas – Doc. 756. (Coleção autores alagoanos).

<sup>57</sup> Em prefácio à obra *Contribuição à história do açúcar em Alagoas* (SANT'ANA, 1970), Diegues Junior exalta a atuação de Sant'Ana como pesquisador da história de Alagoas considerando-o um pesquisador nato e sobretudo honesto.

<sup>58</sup> Essas e outras informações sobre os jornais abolicionistas em Alagoas encontram-se no Arq. Pub. Alagoas, caixa 682. Documento: governo do Estado de Alagoas; Assunto: exposição de documentos sobre o negro: castigos – imprensa abolicionista.



O *Jornal Mercantil*<sup>59</sup> cuja direção cabia a Boaventura José Castro e Azevedo, tendo publicações em dias alternados, na edição do dia 26 de outubro de 1864, apresenta um artigo elogiando o decreto imperial n.º. 3.310 de 24 de setembro de 1864 que concedia emancipação a todos os africanos livres existentes no Império, dizendo que o “Imperador mostrou por esse ato, verdadeiramente liberal e digno da imperial sabedoria”. Mais adiante defende o fim da escravidão posicionando-se da seguinte forma:

Acabe-se com esta vergonha que nos oprime, tratemos de ir assentando as bases para a grandiosa obra da completa abolição da escravidão, o fato mais degradante, mais bárbaro que pode envergonhar o homem. A escravidão, bem como a pena de morte, são duas nodos de nosso país, de nossas leis, de nossos costumes. São duas anomalias que acham-se em contradição diametral com a Constituição e forma de governo liberal que infelizmente nos rege, posto que as vezes *in romine*.<sup>60</sup>

O excerto retirado do *Jornal Mercantil* defende a abolição da escravidão, mas paradoxalmente anuncia aluguel de escravos: “precisa-se de alugar um negro ou na falta uma negra idosa para o serviço doméstico em casa em Jaraguá [...]”<sup>61</sup>. Nesse contexto, descortina-se a ideia de que a mobilização nacional em prol da emancipação política dos povos africanos escravizados em terras brasileiras ocupa as páginas dos jornais na então Província Alagoas.

A medida que o movimento abolicionista crescia, multiplicava-se em Alagoas clubes e associações abolicionistas que se apoiavam em jornais e periódicos como a *Gazeta de Notícias*, de Maceió surgida em 12 de maio de 1879, e que colocou suas colunas a disposição da Sociedade Libertadora Alagoana<sup>62</sup>, tendo Manoel Baltazar Pereira Diegues Junior<sup>63</sup> como redator abolicionista. A título de exemplificação, a atuação política deste periódico, faz notar por meio de uma de suas publicações do ano de 1881, os abusos e maus tratos provocados por um senhor de engenho a um de seus cativos:

Ontem foi recolhido a cadeia, de ordem do chefe de polícia, o escravo Pedro, pertencente ao sr. Canuto José Pereira de Lucena, proprietário do engenho Santa Rita, na Boca da Mata, termo de Anadia, que se apresentou à polícia pedindo socorro por se achar ferroadado no pescoço e nos pés com grossas vergas e gancho.

<sup>59</sup> Este jornal encontra-se disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>), constando edições incompletas: 1 exemplar do ano de 1863; 2 do ano de 1864 e 1 exemplar do ano de 1865.

<sup>60</sup> JORNAL MERCANTIL, 26 de outubro de 1864, ano II, n. 129, p. 2. Disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>). Acesso: 12 de agosto de 2017.

<sup>61</sup> JORNAL MERCANTIL, 26 de outubro de 1864, p. 3.

<sup>62</sup> Surgida em Maceió em 28 de setembro de 1881 a Sociedade Libertadora Alagoana tinha por objetivo promover a propaganda abolicionista em Alagoas, além de arrecadar manumissões para a libertação de escravos.

<sup>63</sup>Ver: SANTOS, Izabela Cristina de Melo. **Manoel Baltazar Pereira Diegues Junior e o ensino em Alagoas (1870-1880): a instrução do trabalhador rural**. UFAL, Maceió – 2016 (dissertação de mestrado).



Ação tão desumana provoca a indignação de todos e chamamos a atenção das autoridades competentes, pedindo a punição legal para a barbárie do senhor do infeliz cativo.<sup>64</sup>

Em face disso, o escravo Pedro ao buscar ajuda por meio de denúncia dos maus tratos de seu senhor por tais abusos, revelava consciência do incipiente direito que lhe cabia. Dessa maneira, nota-se que quando era de interesse de alguns jornais, estes buscavam atuar na conscientização da população negra escravizada. A veiculação desse tipo de notícia buscava comover e despertar na população livre e nas elites a indignação contra a prática da escravidão em larga escala no país, mostrando o sofrimento da pessoa escravizada e pressionando decerto as autoridades a garantir a liberdade e proteção da comunidade negra cativa às amarras do sistema escravagista.

Por seu turno, além de denunciar os maus tratos sofridos pelos cativos, o *Jornal Gazeta de Notícias* também se posicionou por meio de artigos de forma positiva às abolições dentro e fora da então província de Alagoas. Na edição do dia 2 de junho de 1879<sup>65</sup>, o periódico traz no artigo de abertura o título “13 de novembro de 1872”, da publicação do Decreto nº. 5.135, que regulamentava a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, quando foi instituído o fundo de emancipação<sup>66</sup> para libertar o filho da mulher escrava em cada província. Naquela ocasião foi destinado à província de Alagoas os valores correspondentes para este fim. O excerto a seguir nos oferece informações que nos possibilita uma melhor compreensão da posição política-ideológica desse periódico:

É a data celebre para a classe mais infeliz que existe entre nós por um dos grandes defeitos de nossos maiores, que abraçavam, e nos fizeram esposar a ideia fatal de viver a custa do suor de miseráveis reduzidos por eles a escravidão. Muitas cabeças bem organizadas, muito brasileiro bem intencionado, muitos moços esperançosos meditaram, falaram, pairavam sobre meios que seriam mais convináveis para desraigar de nosso solo arvore que tão maus frutos produzia. Antes da data com que abrimos nosso pretencioso artigo, já mais de um indivíduo cedia sem custo a liberdade a escravos seus, mais de uma associação se fundara para o mesmo fim – a liberdade de escravos. Todo esse movimento, porém, era demorado, e não produzia os efeitos correspondentes a nobreza do cometimento. Faltava a iniciativa do governo, o sopro das regiões do poder, sem o que neste país nada se faz [...].<sup>67</sup>

O trecho do artigo em questão nos revela que o movimento abolicionista era conduzido por “cabeças bem organizadas, muito brasileiro bem intencionado, muitos moços esperançosos” e que a medida que a conscientização fazia com que muitos indivíduos libertasse sem custo seus

<sup>64</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Maceió, 30 de março de 1881, p. 1. (Fragmento disponível no APA, caixa 682).

<sup>65</sup> Exemplar disponível no Inst. Hist. e Geográfico de Alagoas (IHGAL).

<sup>66</sup> MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. Assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. – São Paulo, Edusp: 2004. p. 363.

<sup>67</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS, 2 de junho de 1879, p. 1. Exemplar disponível no IHGAL.



escravos, “mais de uma associação se fundara para o mesmo fim”, porém de forma lenta, pois “faltava a iniciativa do governo, o sopro das regiões do poder, sem o que neste país nada se faz”. Dessa forma, a propaganda também era direcionada aos governantes, pressionando-os para a extinção do trabalho escravo no Brasil.

Na mesma estratégia do *Jornal Gazeta de Notícias*, o *Jornal Gutemberg*<sup>68</sup>, órgão da Associação Typográfica Alagoana de Socorros Mútuos, surgido na cidade de Maceió no ano de 1881, se posicionava contra a escravidão em apoio a campanha abolicionista. Na edição do dia 23 de abril de 1883, o referido periódico traz na seção “Sennas da Escravidão” o caso de uma escrava vítima de desumano castigo:

- A população d'esta cidade acaba de presenciar horrorizada, um facto contrastador e deponente. Mais uma vez temos desejo de clamar contra esse direito torto que dá a um homem o domínio exclusivo de outro homem. Na segunda-feira da semana última o escritório da topografia da Gazeta de Notícias foi invadido por numerosa multidão de pessoas, que observavam consternadas o espetáculo hediondo que oferecia-lhes a vista uma escrava – vítima de desumano castigo! A pobre mulher, ou antes, o espectro horrível conduzia ao ombro uma peia de ferro, pesando 9 libras, a qual lhe havia sido trancada aos pés a 11 longos meses! A sua cor denunciava à primeira vista o efeito de tão pequenos sofrimentos: o corpo era apenas um composto de ossos: e nas pernas, isto é, ao lugar onde a peia tinha seu continuo lugar, havia uma carne esponjosa e nojenta! [...] Compenetre-se o povo brasileiro da necessidade que a de extinguir-se a escravidão: o Brasil não deve por sua honra tolerar mais essa caga medonha. Noticiando este facto, temos somente em vista registrá-lo como prova de que a escravidão é um absurdo [...].<sup>69</sup>

O *Jornal Gutemberg* foi um dos jornais mais ácidos em seus editoriais e ativo na campanha de emancipação dos negros escravizados. Foram várias denúncias de maus tratos condenando o “direito torto que dá a um homem o domínio exclusivo sobre outro homem”, e apoiava constantemente a atuação do movimento abolicionista na capital da província de Alagoas, persuadindo a população alagoana da necessidade de extinguir a escravidão. E ao noticiar senas como a da escrava mencionada acima, que outrora eram aceitas como natural, o referido jornal noticiava tais fatos como prova dos absurdos da escravidão frente ao mundo civilizado.

Por outro prisma, Craveiro Costa destaca que ao iniciar-se a campanha abolicionista e republicana em Alagoas no período de 1881 e 1889, inúmeros jornais surgiram, período este entendido como um momento de intensa atividade jornalística. Notadamente, quase todos os periódicos daquela época tiveram circulação efêmera, ganhando destaque tão somente nos

<sup>68</sup> Na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>) encontram-se exemplares dos anos de 1883/1884/1888/1889/1892/1897 e 1904, num total de 9. Outros exemplares encontram-se no IGHAL (1883-1884/1890/1895-1899) e no Arq. Público de Alagoas (APA).

<sup>69</sup> JORNAL GUTEMBERG, 23 de abril de 1883, ano II, n. 13, p. 1. Disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>). Acesso: 13 de agosto de 2017.



momentos de tensões políticas, exceto o notável *Gutenberg*, por ter concentrado todas as suas aspirações nas agitações políticas entorno da campanha abolicionista.<sup>70</sup>

Outro jornal interessante nessa discussão é o *jornal Lincoln*, este surge exclusivamente para oferecer suporte a campanha abolicionista em Alagoas. Em face disso, salienta-se que o nome do periódico é uma homenagem ao notório líder norte-americano, responsável pela extinção do trabalho escravo nos Estados Unidos, o *Jornal Lincoln* surgia como órgão de propaganda abolicionista, com publicação periódica e gratuita, alcançando tiragem de 1.000 exemplares. No frontispício de suas edições vinham fixadas as frases “ódio à escravidão” e “defesa à abolição”, deixando claro sua proposta editorial. Sob a perspectiva de José Avelino Silva

depois da “Gazeta de Notícias”, onde também colaboraram os ilustrados abolicionistas drs. João Gomes Ribeiro e João Francisco Dias Cabral, um dos prestantes presidentes da Sociedade Libertadora Alagoana, e do “Correio de Maceió”, prestou valiosíssimos serviços de propaganda ao Abolicionismo em Alagoas o periódico “Lincoln”, que teve existência acidentada, por dificuldades financeiras, mas sempre heroica sua luminosa missão, graças aos poderosos auxílios que lhe dava a perseverança rara de Francisco Domingues da Silva. O “Lincoln” foi também distribuído gratuitamente ao povo e afixado em forma de boletim, nos lugares mais frequentados da nossa capital. (Seus redatores foram: Francisco Domingues da Silva, L. Lavenère e Euzébio de Andrade).<sup>71</sup>

Desta forma, o *Jornal Lincoln* se posicionava como o grande propagador do abolicionismo em Alagoas entre os anos de 1881 e 1888, anunciando os feitos dos vários clubes e associações abolicionistas da capital e de outras regiões da província. Tomemos como exemplo a edição do dia 24 de julho de 1884:

O movimento abolicionista da nossa província progride, não como aquela invejável impetuosidade só própria do Amazonas que na sua passagem não encontrou óbice algum que o pudesse deter, mas progride pacífica, diária e gradativamente.

– Na capital a sociedade literária Castro Alves declarou-se abolicionista; instituiu-se a Libertadora Artística Alagoana e diversas manumissões particulares se fazem todos os dias.

No Penedo a Sociedade Redentora vae prestando seus bons serviços: no Limoeiro houve diversas manumissões em regozijo de ter assumido a regência de sua freguesia o Rvd. Vigário Francisco Vital, exímio sectário da abolição e a cuja influência não poia ter escapado o honroso fato que eixamos ter escapado, e principalmente dando-se entre pessoas de sua família e dedicados amigos de sua Rvma.

<sup>70</sup> Costa, Craveiro. Cem anos de jornalismo (Memória histórica sobre o jornalismo alagoano). In: **Revista Inst. Arch. Geogr. Alagoano**, Maceió, 58 (15): 91, 1931. p. 15.

<sup>71</sup> Silva, José Avelino. O Abolicionismo em Alagoas (individualidades e fatos de um período áureo de nossa história). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1937 [1915] (pp. 61-70).





Na Corte e no Recife diversos comprovincianos e amantes da glória de sua terra natal se constituirão igualmente em sociedades e se empenham na propaganda de acelerar o movimento abolicionista de nossa província.<sup>72</sup>

Ao mencionar o avanço do movimento abolicionista em Alagoas, o *jornal Lincoln*, evidencia a ação pacífica, gradativa, e quase sem obstáculos, porém de forma lenta, conduzida pelas várias sociedades, clubes e associações, por meio da propaganda e da arrecadação de fundos para compra de alforrias. Ao mesmo tempo, articula-se com jornais de outras províncias no empenho da propaganda e assim acelerar o movimento abolicionista na província de Alagoas. Observa-se que o *Jornal Lincoln* foi instrumento genuinamente abolicionista, além de seus discursos e suas prerrogativas favoráveis ao fim da escravidão, este era distribuído gratuitamente não dependendo de interesses de assinantes.

Por fim, destaca-se que a problematização dos excertos dos jornais que compõe o corpo documental dessa pesquisa são exemplos que revelam como a imprensa já era reconhecida como instrumento de poder e dominação no sentido de inquietar a opinião pública divulgando, silenciando e/ou distorcendo fatos para conduzir o leitor/espectador na direção de seu ideal.

Nessa perspectiva, as interpretações dos jornais aqui citados fazem notar que tanto no passado como no tempo presente, determinados veículos de comunicação impressa (jornais), atuaram com discursos fortemente hegemônicos, envoltos em interesses, paixões e subjeções. Mesmo em tempos passados, os jornais abolicionistas eram marcados por fortes discursos moralistas e às vezes humanitários.

### **Considerações finais**

Destarte, é inegável que o movimento abolicionista brasileiro foi pensado e praticado por uma classe que almejava mais espaço na política e na economia. Para tanto, e como indicam Cruz e Peixoto, é preciso articular a análise dos jornais ao campo de lutas sociais, direcionando-os para o campo da história social<sup>73</sup>. Nos lembram, ainda, que os jornais e qualquer outro tipo de publicação não foram produzidos para a pesquisa histórica, mas ao se optar por essa fonte como histórica se pressupõe um trato teórico-metodológico capaz de entender a imprensa como uma

---

<sup>72</sup> JORNAL LINCOLN, 24 de julho de 1884, ano I, n. 3. p. Disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>) onde constam apenas 4 exemplares do ano de 1884 e um exemplar do ano de 1888; e uma edição especial de 25 de julho de 1885 em memória do falecimento do Dr. João Francisco Dias Cabral. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

<sup>73</sup> CRUZ E PEICHOTO. Na oficina do historiador. p. 259.





linguagem que contém uma historicidade e peculiaridades própria de uma sociedade.<sup>74</sup> Nesse aspecto, portanto, ao explorar as perspectivas da imprensa no Brasil, sendo esta utilizada como fonte na problematização das inquietações inerentes à pesquisa sobre o movimento abolicionista, promover-se-á grandes produções historiográficas inovadoras como já indicadas por Ciro Flamarion Cardoso no início deste artigo.

Nos mais de cem anos que se seguiram após a abolição, a história do negro no Brasil ainda é acompanhada de grandes lacunas e controvérsias em relação ao sentido de sua liberdade. Direcionados por uma proposta com “um olhar de baixo para cima”, os trabalhos historiográficos atuais se propõem a resgatar a história dos grupos heterogêneos e subordinados, sendo produtos da emergente economia global e desenvolvimento do capitalismo. Assim

A invisibilidade histórica [...] deve-se em grande parte à repressão de que foram vítimas: a violência da fogueira, do cepo, da forca e dos grilhões de um escuro porão de navio. Também deve muito à violência da abstração com que a história é escrita, à severidade da história que há muito tem sido cativa do Estado-Nação [...].<sup>75</sup>

Ainda sobre a história vista de baixo, Hobsbawm nos elucida dizendo que no passado grande parte da história era escrita para a glorificação, exaltação e talvez para o uso prático dos governantes e que esse tipo de historiografia perdura ainda em nossos dias.<sup>76</sup> Mais adiante afirma que a história das pessoas comuns como campo específico de estudo, portanto, começa com os movimentos de massa do século XVIII.<sup>77</sup> O crescimento do movimento operário desenvolve a emergência pela história dos movimentos sociais. Isso, eventualmente nos direciona para uma abordagem marxista da história.

Tendo consciência das limitações impostas pela escassez de fontes específicas, de recursos e de tempo, esta pesquisa, talvez não consiga dar conta desses pressupostos metodológicos, porém ao se mirar nessa abordagem, podemos ao menos apresentar caminhos e levantar debates fazendo uma crítica à história da escravidão. Neste sentido, para as pesquisas atuais sobre o fim do trabalho escravo e os objetivos que se quer atingir, ao resgatar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político, estamos tentando genericamente explorar uma dimensão oculta do passado.<sup>78</sup> E por ter sido por muito tempo uma história marginal, estudar elementos considerados inferiores, além de dar nova luz à historiografia

---

<sup>74</sup> \_\_\_\_\_. Na oficina do historiador. p. 262.

<sup>75</sup> LINEBAUGH E REDIKER LINEBAUGH. **A hidra de muitas cabeças**, p. 15.

<sup>76</sup> HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. Editora Companhia das Letras, 2013. p. 216.

<sup>77</sup> \_\_\_\_\_. **Sobre História**, p. 218.

<sup>78</sup> \_\_\_\_\_. **Sobre História**, p. 219.



da escravidão, traz uma história social com mais fidelidade ao real. Peter Burke em sua análise sobre as contribuições dos Annales ressalta esse novo olhar dado a história desde Febvre e Bloch, ampliando o olhar sobre fontes e temas para a construção de uma historiografia que responda com isenção as problemáticas sociais a atualidade.<sup>79</sup>

Avaliando e aplicando o conceito de Segunda Escravidão e os processos de transformações sociais decorrentes da nova ordem econômica mundial, se observa o quão é complexo e dispendioso entender o fim da escravidão nas Américas, em particular o Brasil, que se tornou o último reduto escravista do mundo. Debater essas questões, analisar novas fontes e conceitos podem produzir um ganho enorme à historiografia nacional, ponto de partida para pesquisas de cunho regional e local. Pensar a escravidão oitocentista a partir dessa ótica, nos direciona a uma reflexão crítica da História do Brasil, avaliando como as forças políticas e econômicas interferem na produção historiográfica, cristalizando ideias e conceitos para determinar uma “História Nacional”. Cabe agora “despoluir” a história da escravidão, o que torna necessário revisitar e reinterpretar as fontes a partir de um olhar lapidado pelos novos paradigmas.

---

<sup>79</sup> BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**; Tradução Nilo Odália. Editora UNESP – 2ª Ed. – São Paulo, 1992.